

ATA DE REUNIÃO

Aos vinte e um dias do mês de março de 2025, realizou-se a reunião presencial no CEFAP, localizado na Rua Francisco Barbosa, 1480, Cidade Nova, com seguintes participantes Petersson Alves Faciroli (Secretário de Administração e Recursos Humanos), Neide Aparecida Souza Lopes (Secretaria de Finanças), Dr. Eduardo Antoniete Campanaro (Procuradoria Geral do Município), Marília Gonçalves Costa (representante da EMDEF), Vania Aparecida Carvalho Verzola (SASSOM), Luis Gustavo Lourenço Lopes (Faculdade de Direito de Franca), Luís Fernando do Nascimento, Dra. Débora Serafim Cintra Silva, Tamires Lidia Carreiras e Flavio Luis Garcia (representantes do Sindicato dos Servidores e Empregados Públicos Municipais de Franca e Região). As 15h00, iniciada a reunião, o Senhor Secretário Petersson esclareceu que o motivo da reunião se dá em face da proposta apresentada pelo Sindicato, a qual foi avaliada pela Administração Municipal bem como outras possíveis propostas, no entanto, não é possível conceder a outro valor que não aquele já proposto. Petersson informou que não há como oferecer mais do que já foi ofertado. Ressaltou que a Administração Municipal sempre busca conceder, ao menos no vale alimentação, valores maiores do que seria o índice, quando há disponibilidade orçamentária e financeira, como já foi feito nos anos anteriores. Petersson informou por exemplo que no período de 2021 à 2025 o índice inflacionário acumulado foi de 31,21% e foi aplicado no vale alimentação um aumento no mesmo período de 60,57% e no salário foi de 35,38%, considerando os valores já oferecidos no presente ano. Petersson informou que foi analisadas as condições da Administração Municipal, no entanto, não há possibilidade de concessão de valores maiores do que já foi oferecido. Tamires questionou se os valores previstos para despesas com pessoal estão sendo utilizados, porque já foram previstos, momento em que Neide informou que com os valores propostos não há possibilidade de concessão maior. Petersson informou que o que está sendo assumido tem que ser honrado e, por isso, há receio de ocorrer o que aconteceu em governos anteriores, ou seja, de haver parcelamento dos vencimentos. Tamires questionou quanto ao teto salarial dos servidores, momento em que o Dr. Eduardo esclareceu que o teto seria o salario do Prefeito, o que é atualmente R\$ 27.000,00. Tamires questionou quanto ao teto do fiscal de tributos, já que encontrou valores de R\$ 64.000,00, sendo explicado pelo Dr. Eduardo quanto ao que pode ter acontecido, ou seja, podem ser valores indenizatórios. Quanto a médicos, questionados por Tamires, o Dr. Eduardo informou que também segue o mesmo teto remuneratório. Tamires informou que o que foi ofertado para um fiscal traria um aumento muito maior

mar.

Tamires

do que para a grande maioria dos servidores que recebem vencimentos menores. Flavio informou que não houve uma contra proposta da Prefeitura e, por isso, o servidor se sente desvalorizado. A Comissão esclareceu que a Prefeitura tem feito o máximo e valoriza sim seus servidor, porém tem os limites impostos pelas despesas. Petersson narrou que nos anos anteriores sempre houve contra proposta da Prefeitura, porém no presente ano, não conseguimos alterar valores, pois há despesas previstas a mais do que nos anos anteriores. Neide informou que a PPP alterou muito as despesas (lixo), o transporte público que também gerará um valor de gasto ao município, ou seja, há despesas que foram alteradas para o ano de 2025. Tamires narrou que o Sindicato dos Sapateiros concedeu 8% na data de ontem. Tamires disse que ficou chateada e que Flavio também sentiu da mesma forma, pois após a contra proposta apresentada para que se tivesse uma negociação, porém foi enviado via ofício que não houve contra proposta do Sindicato. Flavio disse que o servidor está ciente que não está sendo valorizado e que não é responsabilidade da Comissão, pois houve apresentação de contra proposta pelo sindicato na ultima reunião. Flavio ainda informou que o servidor se orientará com o Sindicato para verificar o que pode ser feito. Dr. Eduardo ainda narrou que há outras despesas como transporte público e, ainda, a PPP do lixo, que alterou os valores. Dr. Eduardo ainda informou que a empresa São José entrou com algumas ações solicitando correção dos valores. Dr. Eduardo informou que a Administração Municipal não tem capacidade financeira e orçamentária para concessão de outros valores. Neide informou que houve reposição dos valores anteriores que não foram concedidas durante o período da pandemia. Petersson também informou que houve a concessão das correções do período de vigência da lei complementar 173, o que não era obrigação. Tamires informou que não houve uma tentativa de acordo, pois os valores apresentados pela Prefeitura, foram, posteriormente, recusados com uma contra proposta apresentada pela Comissão no dia da reunião. Que depois foi encaminhado um ofício dizendo que a contra proposta não haveria valor, pois não teria sido apresentado pela assembleia. Dr. Eduardo narrou o pedido de desculpas em razão de qualquer mal entendido, porém Dr. Eduardo informou que Neide estudou os valores e não conseguiu conceder valores maiores daqueles já propostos. Neide informou que sempre que faz estudos já tenta verificar o valor maior a ser concedido, porem não conseguiu conceder algo maior. Tamires disse que o servidor não quer “brigar”, pois desgasta o servidor, o serviço público e o munícipe. Flavio informou que o servidor pode deixar de fazer horas

extras, pois tem obrigação de executar sua carga horária. Neide informou que os valores foram estudados e que não é por ma vontade da Administração e sim por falta de capacidade. Neide apresentou que o índice de inflação no ano de 2022 é de 10,80% e foi aplicado 28,33% no cartão alimentação, e no ano de 2021 o índice da inflação foi de 5,47% e foi concedido o percentual de 28,38% no vale alimentação. Tamires narrou que os servidores não aceitarão o acordo da forma como foi proposto. Fernando questionou que os servidores estão sofrendo assédio e perseguições em face da chefia. Flavio informou que a Prefeitura de Franca não tem negociação, sendo que Flavio informou que não consegue defender a aplicação da inflação, não avançando na proposta. Tamires informou que o fato de encaminhar o projeto para a câmara, foi um “passa moleque”. A Comissão explicou que não é isso. O projeto foi encaminhado para garantiros benefícios já oferecidos. Esclareceu que negociação sempre esteve aberta. Tamires disse que nesse momento o sentimento é de que foi esgotadas as possibilidades de negociação. Fernando informou que o cartão vale a partir de abril/2025, dando margem para negociação. Petersson informou que o projeto foi encaminhado para garantir o pagamento do salário de março já com o reajuste garantido, tendo em vista que para isso deveria ser aprovado a lei antes do dia 20 de março. Além disso, Petersson informou que não foi falado que o servidor perderia o vale para aprovação do projeto, e que os vereadores foram convidados a participar da reunião e o vereador Marco participou da primeira reunião. Fernando questionou o plano de carreira, tendo sido informado de que Petersson está tentando conseguir proposta para contratação de empresa. Nada mais havendo a comentar deu-se por encerrada a presente reunião, às 16h10, lavrada a presente ata, pela servidora Ana Flávia Silva de Souza, que após lida e discutida será assinada pelos presentes à reunião.

Petersson Alves Facioli
Secret. De Recursos Humanos

Luís Fernando do Nascimento
Sindicato dos Servidores

Tamires Lidia Carreiras
Tamires Lidia Carreiras
servidora

Flavio Luis Garcia
Servidor

Neide Aparecida Souza Lopes
Secretaria de Finanças

Dr. Eduardo Antoniete Campanaro
Procuradoria Geral do Município



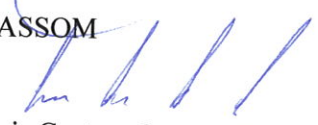
Dra. Débora Serafim Cintra Silva
Sindicato dos Servidores



Marília Gonçalves Costa
representante da EMDEF



Vania Aparecida Carvalho Verzola
SASSOM



Luis Gustavo Lourenço Lopes
Faculdade de Direito de Franca

